

NEWSLETTER 02

Comércio & Desenvolvimento Sustentável

Dezembro de 2021

Apresentação

O CINDES apresenta o segundo número da série **Comércio & Desenvolvimento Sustentável** – uma **Newsletter** que tem por objetivo facilitar o acesso a informações sobre mudanças regulatórias e tendências na interseção entre as regulações ambientais e climáticas e o comércio internacional. Esta publicação tem um caráter informativo, podendo as análises técnicas ser encontradas em links disponibilizados na publicação.

No dia 15 de dezembro de 2021 foi realizado um evento virtual para o lançamento de três Declarações Ministeriais sobre temas relacionados a comércio e desenvolvimento sustentável:

- Discussão Estruturada sobre Comércio e Sustentabilidade Ambiental - *Trade and Environmental Sustainability Structured Discussions* (TESSD);
- Diálogo Informal sobre Poluição por Plásticos e Comércio Sustentável de Plásticos - *Informal Dialogue on Plastics Pollution and Sustainable Plastics Trade* (IDP); e
- Reforma dos Subsídios a Combustíveis Fósseis - *Fossil Fuel Subsidy Reform* (FFSR).

Essas Declarações deveriam ter sido lançadas durante a 12ª Conferência Ministerial da OMC, prevista para realizar-se em Genebra, entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2021. Entretanto, diante do adiamento da Ministerial como consequência do surto de uma nova variante da COVID-19, os proponentes das três Declarações optaram por realizar uma reunião virtual para divulgar os documentos. Na ocasião, prometeram envidar esforços para colocar as preocupações ambientais no centro da agenda das futuras negociações de comércio.

https://www.wto.org/english/news_e/news21_e/envir_15dec21_e.htm

Ao todo, 81 membros da OMC participaram de ao menos uma das três iniciativas, representando 86% do comércio mundial de bens e serviços. Entre os países engajados nessas discussões estão os principais atores do comércio mundial, como Estados Unidos, União Europeia e China, mas também países em desenvolvimento e países pequenos e mais vulneráveis às mudanças climáticas. A União Europeia é signatária das três Declarações.

Não há nos documentos divulgados propostas específicas para a criação de novos compromissos ou nova regulação no arcabouço legal da OMC. A Declaração que mais se aproxima de propostas concretas é a que se refere aos subsídios aos

combustíveis fósseis. As iniciativas resultam, até o momento, na identificação de ações de caráter voluntário ou preparatório para futuras negociações.

1. Discussão Estruturada sobre Comércio e Sustentabilidade Ambiental (TESSD)

Em novembro de 2020, 50 países-membros (aí incluídos os 27 Estados da União Europeia e países em desenvolvimento como Chile, Costa Rica e México) lançaram esta iniciativa na OMC. A iniciativa pretende complementar e apoiar o trabalho do Comitê sobre Comércio e Meio-ambiente (CTE) e de outros Comitês e órgãos da OMC.

O objetivo de curto prazo das discussões, abertas a todos os membros da OMC, seria apresentar um relatório aos Ministros até a 12ª Conferência Ministerial. As propostas apresentadas pelos diversos membros sobre os temas a serem tratados deixaram explícito o fato de que há divergências entre países que priorizam uma agenda de negociações e outros que preferem avançar em trabalhos exploratórios.

Tendo uma agenda mais abrangente que as duas outras iniciativas lançadas nesta oportunidade, as propostas apresentadas pelos diversos membros na TESSD incluem temas como reforma dos subsídios ambientalmente nocivos, liberalização de bens e serviços ambientais, mecanismo de ajuste de carbono na fronteira (CBAM) e poluição e plásticos e promoção da economia circular, entre outros.

Quando foi divulgada em 15 de dezembro de 2021, a Declaração já contava com 70 membros signatários, representando 82% do comércio mundial. Ainda que não apresente compromissos ou propostas negociadoras, a declaração toca nos temas de facilitação do comércio de bens ambientais, o impacto de subsídios relevantes no comércio e no meio ambiente, economia circular, sustentabilidade das cadeias de suprimentos, entre outros, e apresenta uma agenda de trabalho para o ano de 2022.

<https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN21/6R2.pdf&Open=True>

2. Diálogo Informal sobre Poluição por Plásticos e Comércio Sustentável de Plásticos (IDP)

Esta iniciativa também foi lançada em novembro de 2020 e conta com 67 membros, respondendo por 68% do comércio mundial e 75% do comércio de produtos plásticos. Este grupo tem expressiva participação de países em desenvolvimento que são ilhas pequenas e vulneráveis. A Declaração apresenta um *roadmap* para apoiar os esforços globais para reduzir a poluição de plásticos e a transição para o comércio ambientalmente sustentável desses produtos.

O *roadmap* é composto por 4 vetores principais:

- Aprofundar o conhecimento sobre o comércio internacional de plásticos e sua participação nas cadeias de suprimentos e a transparência sobre políticas comerciais nacionais voltadas para a redução da poluição;
- Estimular o engajamento dos membros em outros foros/processos relevantes e a cooperação regulatória visando garantir a coerência com os mecanismos e regras da OMC;
- Identificar melhores práticas e compartilhar experiências; e
- Reforçar os mecanismos de assistência técnica para as economias mais vulneráveis, inclusive por meio dos mecanismos de “*aid for trade*”.

<https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN21/8R2.pdf&Open=True>

3. Reforma dos Subsídios a Combustíveis Fósseis (FFSR)

Debates e declarações sobre a conveniência de reduzir/eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis vêm fazendo parte da agenda de foros internacionais há vários anos. Compromissos de reforma deste tipo de subsídios constam da Agenda 2030 (Meta 12), de declarações do G20, G7, APEC, bem como do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, dentre outros.

A Declaração sobre Reforma dos Subsídios a Combustíveis Fósseis (FFSR) foi firmada por 44 membros, que representam 38% do comércio mundial. Neste grupo estão os membros da União Europeia e o Reino Unido, mas também as pequenas ilhas.

O documento chama a atenção para o fato de que a concessão de subsídios aos combustíveis fósseis cresceu de forma continuada na última década, tendo atingido aproximadamente US\$ 500 bilhões em 2019. O objetivo do grupo é trazer para o âmbito da OMC o compromisso com a racionalização e a eliminação gradual destes subsídios.

Os países signatários reconhecem a importância de levar em consideração as necessidades básicas e as condições dos países em desenvolvimento e de minimizar os possíveis efeitos adversos sobre o seu desenvolvimento, de modo a proteger os pobres e as comunidades afetadas.

Os membros do grupo se comprometem a apresentar propostas concretas para o tratamento do tema na OMC na 13ª Conferência Ministerial da Organização.

<https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN21/9R1.pdf&Open=True>